

PONTO DE VISTA

Motrivivência Ano XVIII, Nº 27, P. 101-116 Dez./2006

OS MEGA-EVENTOS ESPORTIVOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DE RESISTÊNCIA

Paulo Ricardo do Canto Capela¹

Resumo Abstract

Este texto tem como objetivo contextualizar os interesses que movem as políticas públicas de esporte e lazer nacional quando conduzidas por históricos atores sociais que vêem o esporte como um grande negócio e também apresentar apontamentos para um projeto de esportes e lazer que atenda as demandas de um projeto nacional e popular.

Palavras-Chave: eventos esportivos-políticas públicas - esporte e lazer

This paper aims to contextualize the interests which move the national public politics related to sports and leisure when conducted by social-historical actors who see the sport area as a big business. It also aims to show some notes to build a sport and leisure project that assists the demands of a national and popular project.

Keywords: sporting events – public politics – sport and leisure – national popular project

¹ Professor do DEF/UFSC - Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina; Coordenar do GECUPOM/ Futebol/ NEPEF/UFSC- Grupo de Estudos em Cultura Popular e de Movimento/ Futebol pertencente ao Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física; um dos coordenador do OLAESE – Observatório Latino Americano de Educação Física Saúde e Esportes.

“Eu não consigo entender
Achar a clara razão
De quem só vive pra ter
E ainda se diz bom cristão”

..
Pátria amada do Brasil.
De quem és mãe gentil:
Dos famintos das favelas.
Ou dos que desviam verbas
Pra champanhe e caviar?

..
É preciso que a verdade,
E a igualdade sejam mais
Que palavras de ocasião.
É preciso repartir e terá o
Pão (*e o esporte e o lazer*)
(A hora é essa de fazer a
divisão!)²

Ao ser convidado a escrever na seção ponto de vista da Motrivivência sobre os mega-eventos esportivos, com ênfase nos Jogos Pan-Americanos, apesar do pouco tempo oferecido não me furtei ao convite, pois não poderia deixar passar a oportunidade de socializar algumas críticas que vimos fazendo em espaços mais restritos. Além dis-

so, esta é também uma boa oportunidade para re-apresentar aos colegas da área algumas teses e reflexões que temos construído e que vêm subsidiando a consolidação de uma antiga proposta, a da criação de Núcleos de Cultura Popular de Movimento e de uma inversão de prioridade para o oferecimento do esporte e do lazer de nosso país, e que já são temas que vimos pesquisando juntamente com colegas do OLAEFES - Observatório Latino Americano de Educação Física, Esporte e Saúde³.

Penso que as propostas que vimos construindo podem transformar-se em alternativa aos mega-eventos e mega-projetos esportivos que começam a emergir de forma assustadora, e diria até inexplicável como política de Estado em nosso país, primeiro com o governo de Fernando Henrique Cardoso e, agora, sendo aprofundadas nos primeiro e segundo mandatos do governo Lula. Tratam-se de projetos formulados pelas tradicionais elites em-

² Música do Procissão dos Retirantes de Martin César Ramires Golçalves. CD do 1º Festival Nacional de Reforma Agrária. Palmeira das Missões, RS, 1999.

³ As proposições que estaremos apresentando neste texto foram elaboradas a partir do diálogo amigo e fraterno com muitas pessoas, mas especialmente com: o grande amigo e professor Edgard Matiello Junior e os acadêmicos Paulo Sérgio; Marcus Vinicius Lima de Amorim e Fernanda Andrioni da Cunha; com os coordenadores do projeto de futebol do S.C. Rio Grande professores: Luiz Antônio Parise Fedozzi, gerente de futebol; Taimar Marinho e Júlio César Couto de Souza, preparadores físicos; ex-jogadores e educadores populares de futebol Valdir Lima, Mário Roberto, Marco Antônio Centeno; técnicos Joel Cornelli e André Luiz; Denise Veiga, assessora de imprensa, e o presidente do SCRG inestimável liderança dos trabalhadores Alexandre Lindenmeyer

presariais do Olimpismo internacional e nacional, com a assessoria dos tecnocratas dos contextos locais.

Começarei minha exposição reconstituindo um interessante diálogo estabelecido entre o presidente de um CO – Comitê Olímpico - e um professor de Educação Física reconhecido por seus estudos e trabalhos com o treinamento esportivo de alto-rendimento. Trata-se de um renomado professor relatando o convite que recebeu do presidente do CO, para participar da organização técnico-científico de um mega-evento em 2007, quando faltavam apenas dois anos para o seu início.

O referido professor, sem ser indelicado, fez a seguinte ponderação: pensei tratar-se de um convite para planejar um mega-evento em 2016, para o qual já estaríamos atrasados dois anos, e continuou sua argumentação: “não se pode confundir o tempo de planejamento da periodização de uma equipe de alto-rendimento para uma competição, com o tempo de planejamento e estruturação de uma política esportiva para o esporte de alto-rendimento de um país”.

Na tentativa de persuadi-lo de seu ponto de vista, o referido presidente contra-argumentou dizendo haver estudos que indicavam que neste mega-evento, a realizar-se em seu próprio país, haveria conquista de um número recorde de

medalhas. A este argumento, de forma irônica, mas trazendo a realidade da elitização do esporte nacional, o referido professor lhe disse: “as medalhas que iremos conquistar a mais neste mega-evento serão fruto dos pescadores-velejadores que temos”, referindo-se ao iatismo nacional, cuja experiência e tecnologia de suas embarcações lhes possibilitarão tal feito; inclusive o professor disse que quando se aposentasse pretendia começar a pescar e que talvez também iria competir em regatas internacionais. E concluiu seu raciocínio dizendo que as demais medalhas, provavelmente, viriam do hipismo nacional, cujos cavalos, em boa quantidade e bem tratados e treinados possibilitariam ao país obter bons resultados. Fora destas provas, o quadro de medalhas seria ampliado apenas pelo trabalho de alguns atletas que treinam e residem fora do país, ou pelo esforço individual de alguns atletas talentosos e abnegados que (ainda) residem por aqui.

Portanto, as conquistas obtidas, segundo o referido professor, não adviriam de uma política esportiva séria, científica e rigorosamente planejada e estruturada para o alto-rendimento de todos os esportes e atletas nacionais. E ainda falou ao presidente do CO que o referido mega-evento também não contribuiria muito para a elevação

da cultura esportiva da população de seu país; que seriam feitos investimentos muito levados, mas com poucos retornos ao povo e à cultura esportiva nacional.

Bem, este diálogo poderia demonstrar fragilidades e desconhecimentos até aceitáveis se dissessem respeito a um jovem dirigente esportivo nacional; seria até aceitável se o diálogo fosse estabelecido entre um ator social interessado em se experimentar pela primeira vez na tarefa de inverter prioridades, como costuma estar escrito nos manuais de política de Estado do PT, antigo partido político que representava as bandeiras de luta dos trabalhadores de seu país, antes de chegar ao poder um antigo líder trabalhista deste partido; mas o referido professor percebia que não era o caso, tratava-se de um dirigente esportivo muito experiente, assim como o antigo líder do ex-partido trabalhista.

Este professor poderia estar falando com qualquer um dos dirigentes, ou ex-dirigentes da elite do esporte internacional: Juan Antonio Samaranch, ex-presidente do COI - Comitê Olímpico Internacional; João Havelange, Ex-Presidente da FIFA ou Joseph Blatter, atual presidente; Ricardo Teixeira, Presidente da CBF – Confederação Brasileira de Futebol, ou Carlos Arthur Nuzman, presidente do COB – Comitê Olímpico Brasileiro.

Quando falamos nas elites dirigentes do esporte internacional ou nacional, não estamos falando de dirigentes despreparados ou ingênuos, mas de atores de “políticas privadas e públicas” que há muito tempo são responsáveis pelos destinos do esporte internacional e nacional, os quais recebem críticas por se perpetuarem nos cargos; por estarem envolvidos em inúmeras mazelas difíceis de explicar; pela responsabilização pela inexistência histórica de políticas esportivas sérias que incluam nas suas elaborações e administrações os anseios de atletas e de representantes populares (SIMSON e JENNINGS, 1992).

Por exemplo, Carlos Arthur Nuzman, segundo a Revista Carta Capital (2007, p 8-10), é formado em direito e foi jogador de vôlei da seleção Brasileira de 1962 a 1968. Pouco depois, em 1975, elegeu-se presidente da Confederação Brasileira de Vôlei e lá permaneceu durante 20 anos. À frente desta modalidade, Nuzman aproximou o marketing do esporte, e com a atração de capital pavimentou o caminho para as vitórias que a modalidade conquistou desde então. Seu mesmo espírito empreendedor levou-o à presidência do COB, onde está há mais de 12 anos. Portanto, ao todo, são 32 anos ocupando cargos de dirigente esportivo em nosso país.

Nestes doze anos como dirigente do COB alterou o estatuto da entidade de forma a que, para alguém chegar a ser candidato ao cargo de Presidente, precisa estar ao menos há cinco anos na entidade, objetivamente a dois mandados, sendo cada mandato de quatro anos. Isto lhe garantirá uma reeleição fácil em 2008, e provavelmente em muitas outras reeleições no futuro, visto que entre os que compartilham com ele os últimos 12 anos de mandato junto ao COB, nenhum se atreveria a lançar candidatura à presidência, sem seu aval. Portanto, é pouco provável que tenha adversários enquanto viver, se esta tradição for mantida.

Sua forma de fazer política de esportes e a democracia interna do COB em sua gestão vêm sofrendo inúmeras críticas, entre elas duas muito contundentes e significativas, oriundas de ex-atletas. A primeira, de Oscar Schmidt, o maior craque que o basquete masculino brasileiro já teve. Para ele o presidente do COB entrou no cargo de dirigente esportivo nacional há 32 (cargos não remunerado), há 32 anos não tem salários e mesmo assim também não quer mais sair, algo muito estranho; é eleito com o voto dos clubes, federações e confederações, e só quem não vota é a parte mais interessada do esporte, ou seja, os atletas.

A segunda, de Magic Paula, ou Maria Paula Gonçalves da Silva, uma das maiores jogadoras de basquete do Brasil, que em 2003 pediu exoneração do cargo que ocupava de Secretária Nacional de Alto-Rendimento do Ministério do Esporte, por não concordar com as relações promíscuas estabelecidas entre Nuzman e o então ministro Agnelo Queiros, além de também não ver muito espaço político para o atendimento de suas teses sobre a estruturação do esporte de alto-rendimento nacional que, segundo ela, deve passar pela estruturação da base e pela garantia de trabalho e de condições aos atletas nacionais. Para ela não é nas ante-salas de marketing que serão encontradas as condições e respostas para a estruturação do esporte de alto-rendimento nacional.

Estes fatos que vimos relatando já tornariam, por exemplo, Arthur Nuzman um ator social não confiável para ser o interlocutor para a construção de um projeto nacional de esportes de alto-rendimento na ótica dos trabalhadores ou, o mais grave ainda, para comandar um projeto de alto-rendimento para o país em um governo dito dos trabalhadores, ou que desejasse realmente estabelecer mediações com atores sociais comprometidos com a transformação do esporte nacional. O mesmo vale para Ricardo

Teixeira, presidente da CBF, cuja atuação como dirigente de futebol está cercada de irregularidades ainda pouco explicadas (Caderno de Esportes, Folha de São Paulo, 27 de outubro de 2007).

Se Carlos Arthur Nuzman, Ricardo Teixeira e grande parte das elites que hoje estão no comando do esporte de alto-rendimento do Brasil não representam os interesses de um projeto esportivo nacional a favor dos trabalhadores, então quais projetos eles estão empenhados em dar continuidade e aprofundar quando dialogam com o Estado brasileiro neste momento histórico? Penso que ficará mais claro para responder a este questionamento fazer uma breve reconstituição das transformações das práticas culturais populares em esportes e, destes, em um grande negócio.

As manifestações culturais populares, através de um longo processo histórico de apropriação capitalista, passaram de sua expressão multicultural à prática única, primeiro pagando pedágio como esporte amador, chegando posteriormente ao negócio que se transformou hoje.

Neste processo os jogos populares foram gradativamente separados das ocasiões sociais ordinárias, sendo transformados, pelas classes dominantes, em mercadoria a compor os calendários (prateleiras) da grande indústria cultural espor-

tiva globalizada, em especial, mercadoria valiosa do Olimpismo. Esta indústria “especializou” as práticas culturais transformando-as em busca desenfreada de recordes através do sacrifício humano, promovendo nas populações planetárias o gosto pela violência e pela prática do “ódio cordial ou civilizado” entre os participantes das disputas: países, estados, cidades, clubes (vide, por exemplo, as contagens comparativas de medalhas conquistadas durante as competições internacionais, formas sutis de promover rivalidades).

Assim, podemos afirmar que competir e vencer tornou-se o combustível de uma enorme indústria transnacional, a indústria dos espetáculos esportivos. A prática multicultural de jogos populares culturalmente constituídos passou a não interessar mais, de forma central, a esta indústria. Os jogos deixaram, assim, de ser opções de entretenimento e práticas comunitárias coletivas; o que passou a interessar a esta indústria cultural dos espetáculos esportivos em sua relação com a sociedade foi veicular a ideologia de ascensão social, via esporte. Nesta esteira, o esporte, que na modernidade poderia ser um jogo transformado e realmente popular e emancipador de dimensões humanas, torna-se, ao contrário, mercadoria do espetáculo esportivo a ser oferecido ao povo, com seus ingredientes ideológicos.

Portanto, é esta prática, jogos sob a forma de esporte moderno, o combustível da mega-indústria transnacional do Olimpismo, fenômeno globalizado, que os tradicionais dirigentes nacionais do esporte estão empenhados em recolocar através de suas políticas de promoção de mega-eventos. Estamos falando de uma atividade cuja utilização ideológica pelos Estados nacionais e suas elites visa: a) enaltecer a busca de virtudes intangíveis, tais como, por exemplo, o caráter; b) ser uma política de Estado, privada ou familiar, para a ocupação de jovens, sem custos elevados; c) tornar-se em instrumento importante dos Estados Nacionais modernos para conquistar, controlar e monitorar adolescentes ou, ainda, para os Estados nacionais organizarem, mobilizarem e conquistarem simbolicamente as massas.

Os jogos Pan-Americanos e os esportes que compõem os mega-espetáculos da indústria dos espetáculos esportivos que começam a chegar ao Brasil de uma forma como jamais ocorreu, passaram a não ser mais práticas em si (lazer), tornando-se um meio de obter conquistas (econômica, ideológica, política); passaram a ser meios que levam a fins, a serem vistos sob a ótica dos "lucros"!

O que era jogo transformou-se em esporte e o que era esporte transformou-se no mais importante produto da indústria cultural

do lazer da modernidade. O esporte é hoje um grande negócio de nosso tempo, inclusive considerado por alguns estudiosos da economia capitalista como o quarto setor das sociedades modernas contemporâneas (sociedade civil, sociedade política, ONGs e esportes – quarto setor), tamanho é o poder que seus mandatários e ídolos exercem no mundo contemporâneo simbólico, político e dos negócios. Uma Olimpíada mundial é capaz de mobilizar um mercado de aproximadamente 2,1 bilhões de pessoas e uma Copa do Mundo de Futebol 4,2 bilhões.

São eventos muito oportunos e lucrativos à iniciativa privada, pois já na sua forma de serem organizados está implícita uma grande estratégia de negócios e "obtenção de lucros": os Estados nacionais, em troca de prestígio político e exposição de suas teses ideológicas garantem a infra-estrutura para estes eventos, quase sempre com superfaturamentos. Logo após a realização relâmpago dos eventos, as estruturas "ociosas" são repassadas para serem exploradas por empresas privadas do esporte, por valores de concessão ínfimos, fechando-se, assim, o ciclo de apropriação dos Estados nacionais pelas elites capitalistas. Trata-se, neste caso, de um estado mínimo para as demandas populares, mas máximo e generoso para as elites do capitalismo empre-

sarial, inclusive para com as elites esportivas.

Segundo Kfoury (2002), foram muitas as batalhas travadas nesta “evolução” das múltiplas culturas populares ao esporte, e de esporte à mercadoria midiática: amadorismo contra profissionalismo; esporte para ser praticado contra esporte espetáculo para ser apenas assistido; esporte de elite contra esporte popular; e recentemente todos estes temas se confrontando, ainda acrescidos da complexa contraposição entre esporte gerido socialmente (com controle social), ou esporte gerido de forma “profissional e empresarial” (pelos tecnocratas).

Penso que neste momento já temos claro que Arthur Nuzman, Ricardo Teixeira e tantos outros dirigentes históricos, “técnicos e tecnocratas” do esporte nacional, que ainda hoje, de forma hegemônica, determinam as políticas esportivas em nosso país, ao se relacionarem com o Estado nacional, estão muito mais interessados em recolocar e aprofundar os lucros pessoais e dos atores deste ramo empresarial transnacional, do que verdadeiramente empenhados em promover novas propostas de esporte e lazer às populações brasileiras.

Em contra-partida a esta forma de fazer política esportiva pública, entendemos que “um ou-

tro mundo esportivo é possível”; que é possível concretamente inverter as prioridades das formulações pedagógicas e as políticas esportivas e de lazer de nosso país.

Talvez fique mais claro o que defendo concretamente comentando provocações que venho fazendo a alunos no curso de Educação Física com o objetivo de estimulá-los a refletir sobre o tanto que historicamente temos sido negligentes com o oferecimento de possibilidades de experimentações de esportes à sociedade brasileira.

A questão que lhes é colocada é a seguinte: sou um cidadão adulto, nunca participei de qualquer prática esportiva ao longo de minha vida. Um não-atleta, que, aos 46 anos, decidi começar a praticar esportes e escolhi começar a jogar futebol. E como estou empolgado quero começar praticando junto com minha mãe de 64 anos, minha filha de 22 anos e meu irmão de 47 anos.

A pergunta que lhes faço é: vocês poderiam me indicar uma “academia”, um clube ou uma escola de esportes pública onde eu possa aprender esse esporte e fazê-lo junto com minha turma? Afinal, o futebol é o principal esporte nacional. Para esse questionamento, quase sempre há um silêncio, seguido da constatação dos alunos: - Não, não há!

Então lhes digo: – Vou desistir de aprender futebol. Motiva-

do pelos inúmeros títulos do selecionado nacional do voleibol, gostaria, então, de aprender esta modalidade. Vocês poderiam me indicar uma "academia" ou escola pública de esportes onde eu possa aprender esse esporte? Mais uma vez silêncio e novamente a constatação: - Não, não há!

Pergunto-lhes, então, sobre as possibilidades de aprender o basquete, o handebol e o atletismo (e poderiam ser questionados também sobre muitos dos esportes disputados durante os Jogos Pan-Americanos). O silêncio é o mesmo e a constatação da inexistência de tais tipos de oferecimentos também é a mesma.

Retomo então à pergunta, porém questionando-lhes se saberiam me indicar alguma academia, clube ou escola de esportes onde pudesse aprender judô, natação, karatê, capoeira, tênis, etc... Agora o silêncio já não é total e muitos indicam algumas possibilidades, mesmo que não sejam em lugares e instituições públicas.

Com essas provocações o que busco trazer para o debate com os alunos é o fato de não refletirmos, nos cursos de Educação Física, sobre as possibilidades de ensinar,

aprender e oferecer práticas de esportes transformados⁴ para cidadãos não-atletas, em especial para os adultos, principalmente quando se fala nos esportes hegemônicos. E menos ainda pensamos, nos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física do Brasil, em propormos hegemonicamente elaborações de políticas públicas que ofereçam estes conteúdos à população brasileira, principalmente para as camadas mais empobrecidas.

Esta idéia é fruto de senso-comum advindo de elaborações teórico-científicas limitadas que ainda persistem na pobre cultura esportiva nacional, muito determinadas, ainda, pelas propagandas ideológicas forjadas pela indústria esportiva midiática que, por exemplo, faz a cobertura dos grandes eventos esportivos, tais como os Jogos Pan-Americanos, onde são veiculados modelos culturais destas práticas esportivas, como se as únicas formas existentes fossem as praticadas pelos atletas de alto-rendimento. E, sendo assim, só os atletas, talentos (jovens e crianças) e ex-atletas, entre toda a população, estão autorizados ou aptos a essas práticas esportivas.

⁴ O verbo transformar não é mera troca de palavra no campo do ensino, pressupõe uma ação humana e pedagógica diferente de adaptar aos esportes; adaptação significa oferecer o mesmo conteúdo com doses diferentes, já transformar o esporte significa recriá-lo com os atores e grupos sociais, atribuindo-lhes novos sentidos e significados.

Hoje, porém, graças aos quase trinta anos de pesquisas e elaboração teórica de transformações didáticas para os esportes, construídas por pensadores da Educação Física do campo crítico do Brasil em diálogo com o pensamento esportivo crítico do mundo, já podemos dizer que há outras formas de ensinar, praticar e inclusive organizar eventos culturais esportivos, que é possível reverter esta realidade de exclusão promovida pelo oferecimento “convencional” do esporte.

O campo crítico da Educação Física brasileira nos últimos anos produziu um acúmulo de conhecimentos que precisa ser democratizado com a sociedade. Produziram-se muitas metodologias, concepções, estratégias, enfim, inúmeras teses para a democratização das práticas esportivas a populações heterogêneas; são elaborações que respeitam os direitos, as potencialidades e os interesses individuais; promovem o controle social sobre os sistemas esportivos, valores de emancipação, esclarecimentos sobre o esporte, e apostam na autonomia e libertação humana, através do esporte que gera vida e cidadania.

Estas propostas precisam chegar aos clubes esportivos e ser prioridade nas políticas públicas de Estado, sob pena de continuarem os poucos e mesmos de sempre (praticantes e elites empresariais dos espor-

tes) sendo os reais beneficiários das políticas de esporte e lazer em nosso país, ou seja, continuarmos gastando fortunas como as que foram desperdiçadas com a realização dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro: mais de três bilhões de reais oriundos de verbas públicas. Isto enquanto a Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério dos Esportes tem orçamento anual para 2007 em torno de apenas um milhão de reais, algo desproporcional e injusto.

Feitas estas colocações, podemos afirmar que não são desproporcionais os gastos exacerbados com a promoção de mega-eventos esportivos nas sociedades capitalistas, em detrimento do esporte transformado. Há um campo muito grande de interesses e de poderes agindo para que seja assim: Sistema Olímpico Mundial, Confederações, Federações, Ligas Esportivas, Clubes, todas estas instituições gerenciadas por interesses apenas privados. Mas sabemos também que já é possível desenvolver outras formas de fazer o esporte como forma de participação de todos e como instrumento de libertação e emancipação humana.

Entendemos que este campo de oferecimento de esportes transformados é, ainda, quase inexistente no imaginário público, ou pouco explorado nos clubes esportivos e também nas políticas públicas de Estado

de nosso país. Sendo assim, atualmente estamos envolvidos em dois projetos universitários muito significativos buscando dar consequência concreta a nossas teses.

O primeiro, de assessoria à reestruturação, modernização e profissionalização da gestão do Sport Club Rio Grande com a participação comunitária. O S.C. Rio Grande é o primeiro clube de futebol do Brasil e está localizado na cidade de Rio Grande/RS.

Neste projeto vimos buscando consolidar uma política esportiva para que o clube adquira status de ser um clube da cidade e não um clube na cidade; neste projeto vimos implantando uma gestão profissionalizada e modernizada através de ações de implantação do planejamento estratégico participativo, operando ações de gestão que são monitoradas através de avaliações periódicas que propõem o controle social das comunidades interna e externa do clube sobre o processo desenvolvido.

Estamos muito empenhados em remodelar o departamento de futebol profissional do clube, dotando-o gradativamente de uma estrutura que possibilite o exercício profissional digno e respeitoso aos atletas, garantindo-lhes todos seus direitos e o máximo de condições para seu trabalho. Entre nós, Comissão técnico-científica, diretores de

futebol e presidência do clube, compartilhamos o desejo de fazer o esporte de alto-rendimento na ótica dos trabalhadores do esporte e do futebol e não na ótica dos empresários do futebol e dos esportes. Temos a pretensão de que o primeiro clube de futebol do Brasil transforme-se em um pólo irradiador da cultura esportiva da transformação na cidade, no Estado, para o país e planeta.

O segundo é um projeto de pesquisa financiado pela Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte (Rede CEDES). Neste projeto iniciamos, há poucos meses, através de pesquisa-ação, uma investigação que nos possibilita conhecer de forma mais próxima os determinantes da deteriorização das condições precárias de existência de 426 famílias, que também envolvem a precariedade de seus espaços de esporte e lazer. Neste diálogo com a comunidade, temos conhecido elementos de sua cultura primeira de movimento (jogos, brinquedos e brincadeiras) e outros de seus costumes. Em conjunto, após criarmos relação de mútua confiança, temos buscado alternativas para superar a precariedade de suas instalações esportivas, que atualmente se restringem a um campo de futebol de terra batida.

Neste local - Alto da Caieira do Saco dos Limões, em Florianópolis/SC - a comunidade convive há

três anos com a promessa e o “sonho” de ter uma estrutura de esporte e lazer padronizada (piscina, quadra poli-esportiva) e equipamentos comunitários (posto de atendimento de saúde, posto policial, etc). Esta estrutura, que em sua versão arquitetônica simulada em programa de computador é algo futurístico, diria até lunático e absolutamente destoante do contexto social daquelas pessoas da comunidade, foi denominado de Clube Social, sendo proposto diretamente pela Primeira-Dama do município.

Alguns estranhamentos possibilitados pelo processo de pesquisa-ação neste breve período na comunidade já fez os moradores perceberem que: enquanto a comunidade espera pela “promessa”, já há três anos, a uma distância de mil metros desta comunidade, em um bairro de classe A do município, por contingência da construção de um luxuoso Shopping-Center, foi também construído em um prazo “recorde” de 90 dias, com verbas municipais, um complexo esportivo com quadras poli-esportivas, campo de futebol com arquibancadas, iluminação e totalmente cercado; uma praça com brinquedos infantis; banheiros; cozinha-bar; secretaria; ajardinamentos nas áreas de lazer; bancos bonitos; rampas de skate, etc. A obra custou aos cofres públicos R\$ 256.000,00.

Voltando ao Alto da Caieira do Saco dos Limões, se lá o projeto proposto não chega, a própria comunidade tem saídas interessantes e de menor custo. Ao invés de piscina (pois a luta do povo neste momento é pelo abastecimento de água para suas casas) e quadras cimentadas (eles não têm tênis para jogar, habituando-se a praticar o futebol descalços), a idéia é cobrir o terreno com areia de praia e cercar o campo com redes de proteção (para evitar que a bola desça morro-abaxo e que quebre as telhas de casas vizinhas); ao invés de um mirante, previsto para observação da cidade por turistas, prefere-se a construção de um galpão para reuniões, apropriado para preparo e compartilhamento de comida; ao invés de estacionamento e vestiário, preferem um prédio com creche e salão para reuniões da comunidade. Enfim, mudanças mais condizentes às suas necessidades, gostos e possibilidades de uso.

Assim, neste local poderíamos materializar algo que condiz às nossas antigas proposições de criação de Núcleos de Cultura Popular e de Movimento, modelo o qual defendemos enquanto concepção pedagógica e metodológica de construção de políticas públicas de esporte lazer com a comunidade, e não para ela, cujo custo atual, neste caso, pode ser estimado em aproximadamente R\$ 200.000,00.

Com o valor de 4 bilhões mobilizados, entre verba pública e privada, para a realização dos Jogos Pan-Americanos, poderiam ser construídos aproximadamente 20 mil equipamentos com esta configuração, quatro para cada um dos 5560 município brasileiros, disseminando por todo o Brasil o oferecimento de práticas formais e transformadas de esporte e lazer para as diversas comunidades e populações brasileiras. Algo tão possível de se concretizar como foi a realização das obras de infra-estrutura para a realização do Pan-Americano no Rio de Janeiro e que, ao final do “espetáculo-Show” ninguém ainda sabia concretamente quem seria o responsável pela conservação dos equipamentos construídos e reformados especialmente para o evento, além de não se saber quem seriam os futuros usuários.

Quanto ao S.C. Rio Grande, primeiro clube de futebol do Brasil, patrimônio público e histórico de nosso país, precisaria de um plano de captação de recursos de um milhão de reais anuais durante quatro anos, para sua re-estruturação, e para que pudesse, a partir do quinto ano (segundo o planejamento estratégico participativo de modernização do clube), voltar a ser um clube com as contas sanadas e com suas áreas e equipamentos recompostos, passando a ser um clube integrado à vida da cidade.

A realidade precária enfrentada pelo primeiro clube de futebol do Brasil é a mesma de outros aproximadamente 300 clubes de pequenas cidades brasileiras que estão fechando; os que permanecem em atividade oferecem péssimas condições de trabalho a seu funcionários e atletas e, ainda, péssimas acomodações aos seus torcedores.

O fechamento destes pequenos clubes de futebol não seria uma penalização apenas para os clubes, para os trabalhadores e atletas dos clubes. Para as pequenas comunidades brasileiras seria a perda do direito à única oportunidade de assistir presencialmente com sua família a um jogo de futebol, aos domingos; para o futebol nacional seria a perda da continuidade do único esporte que verdadeiramente temos embasado nacionalmente.

Quem já morou no interior do Brasil sabe o que o futebol representa para uma pequena comunidade e sabe o convívio social que um clube de futebol oferece, quando bem administrado pela comunidade.

Enquanto clubes de futebol em comunidades pequenas do interior do país fecham, os clubes das capitais e das grandes cidades brasileiras são socorridos por verbas públicas, por exemplo, Loteria Time mania; interferência de Congressistas prestigiados; dirigentes de Confederações, Federações, Ligas Privadas de

organização de torneios , Empresários do Futebol (Clube dos Treze), TVs, etc.

Com os 4 bilhões investidos nos Jogos Pan-Americanos, seria possível promover uma política pública aos moldes da promovida no Futebol Inglês, quando foram reformados estádios, saneados clubes e reformatados os campeonatos e ligas e, em menos de uma década, recuperado o futebol Inglês (AIDAR e LEONCINI, In. KFOURI, 2002, p.102). Seria possível revitalizar 1000 pequenos clubes de futebol de cidades do interior do Brasil, aproximadamente 3 vezes mais do que o número de equipes de futebol profissional hoje com dificuldades de manterem-se em atividade.

Os valores desta ação pública poderiam ser disponibilizados mediante rigorosa legislação e um plano de investimento previamente autorizado pelo governo federal, com liberação de verbas através das prefeituras municipais com o controle social público dos habitantes das cidades, em parcelas de valor mensais de até R\$ 100.000,00; por um período de até 4 anos mediante rígidos planos de recuperação dos clubes, com uma matriz de contingenciamento e direcionamento dos investimentos de 50% de cada parcela para a estruturação patrimonial dos clubes e atendimento às exigências do Estatuto dos Torcedor; os restan-

tes 50% mensais seriam utilizados para a estruturação dos departamentos profissionais e de categorias de base e para a integralização de salários dignos aos jogadores e ex-jogadores, profissionais que permanecem trabalhando como educadores populares, nos clubes de nosso país.

Concluindo, diria que frente ao alinhamento cada vez maior das políticas do Estado brasileiro com a promoção de mega-eventos, penso que é necessário neste momento, aos moldes do que já fizemos anteriormente em outros momentos da história da Educação Física brasileira, fazer uma convocatória nacional a Núcleos de base nacional do campo crítico da área, para que unidos com os movimentos sociais, de atletas (íntegros), ex-atletas, e comunidades locais, possamos unir forças e reivindicar frente ao segundo mandato do governo Lula, que já se vai em seu primeiro ano, a mesma proporção de investimentos que estão sendo realizados para a estruturação dos mega-eventos empresariais em nosso país.

De forma específica, como professor de Educação Física e pesquisador universitário do esporte e lazer a favor das classes sociais, dizer ao Governo Lula que queremos, enquanto Política Científica de Estado, para os cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física, discutir a implantação nas Univer-

sidades Federais de Centros de Excelência e Referência em Pedagogia das Culturas Populares Transformadas; Centros de Excelência na Prática de Esportes Para Todos; Centros de Excelência de Esporte Escolar e Lazer Criativo; Centros de Excelência em Equipamentos para os Núcleos de Cultura Popular de Movimento. E também Centros de Excelência em Esporte de Alto-rendimento, mas pensados com os sindicatos dos atletas e ex-atletas para oferecermos o esporte de alto rendimento na ótica dos trabalhadores do esporte, não na ótica dos "donos do esporte".

Sou otimista, pensando que, imediatamente, seremos capazes de organizar algo nessa direção, coletivamente com as comunidades e movimentos sociais, posicionando-nos com firmeza quanto aos temas anunciados, pois são históricas lutas e bandeiras das políticas de esporte lazer de nosso país, e que muitos trabalhadores e pesquisadores vêm construindo com muita luta e zelo. Precisamos neste momento transformá-las em projetos públicos e em material de esclarecimento a ser disponibilizado às comunidades; que, em especial, os agentes críticos da Educação Física brasileira produzam textos para periódicos populares e programas esportivos locais (rádio, Tvs, jornais, revistas de esporte .. etc) e se aproximem das comunidades empobrecidas e dos movimentos sociais organizados, enfim, que se

disputem os espaços de formação de opinião e de poder no Estado e no país, construindo, assim, resistência ou contraponto a esta avalanche de esportes equivocadamente oferecidos como fetiche à sociedade.

Não sejamos tão tímidos como vimos sendo, e que com continuidade, perseverança e firmeza vencemos os obstáculos do quadro de exploração semi-esclarecida das práticas e dos fatos da Educação Física e do esporte e lazer de nosso país. Afinal, já temos muito mais a oferecer à população brasileira que só PAN e circo.

Referências

- ATHAYDE, Phydia. O ouro perdido. In. Revista Carta Capital, 21 de Fevereiro de 2007, (p 8-15).
- CADERNO DE ESPORTES, Folha de São Paulo, 27 de outubro d 2007.
- Grupo de estudos ampliados de educação física. Diretrizes curriculares para a educação física no ensino fundamental e na educação infantil da parceria NEPEF/UFSC –SME/Florianópolis. Florianópolis: o Grupo, 1996.
- CAPELA, Paulo R. C.; MATIELLO JUNIOR, Edgard. El deporte y la liberación humana. In. Informe Alternativo sobre la salud en América Latina. Quito: Editora CEAS, 2005.(p. 270-274)

- KFOURI, Aidar et al. A nova gestão do futebol. 2 ed. –Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- PETRAS, James. Imperialismo e luta de classe no mundo contemporâneo. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007
- REIN, Irving. Marketing esportivo: a reinvenção do esporte na busca de torcedores. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- SIMSON, Vyv e JENNINGS, Andrew. Os senhores dos anéis: poder, dinheiro e drogas nas olimpíadas moderna. São Paulo: Editora Best Seller, 1992.

Contatos:
pcapela@bol.com.br

Recebido: set/2007
Aprovado: out/2007